

## Formação Continuada: escolha de percursos formativos e descentralização da EAPE em 2019



**Secretário de Estado de Educação  
do Distrito Federal**  
João Pedro Ferraz dos Passos  
**Subsecretário de Formação Continuada  
dos Profissionais da Educação**  
André Lúcio Bento

**Equipe Gestora da EAPE**

**Assessor Especial**

Francisco José da Silva

**Assessor**

André Luiz Gonçalves da Rocha

**Diretor de Organização do Trabalho Pedagógico  
e Pesquisa**

Simão de Miranda

Márcia Cristina Dourado Toledo Gomes

**Gerente de Pesquisa e Formação Continuada  
para Modalidades da Educação Básica**

Leda Ferreira Barros

**Gerente de Pesquisa e Formação Continuada  
para Etapas da Educação Básica**

Gisele Tacca

**Gerente de Pesquisa, Avaliação e Formação  
Continuada para Gestão, Carreira Assistência,  
Orientação Educacional e Eixos Transversais**

Christofer Leandro de Oliveira Sabino

**Diretora de Inovação, Tecnologias e  
Documentação**

Mariana Ferreira Cassiano

**Assessores:** Alzira Neves Sandoval, Danilo Simões  
Nascimento e Moema de Rosa e Ramos

**Gerente de Formação Continuada para  
Inovação, Tecnologias e Educação A Distância**

Tadeu Amoroso Maia

**Gerente de Documentação e Logística**

Luana Ferreira Mendes

**Assessores:** Adriana Stela de Andrade e Silva e  
José Ferreira de Carvalho

**Projeto gráfico e editoração:**

Eduardo Carvalho dos Santos

**Revisão:** Alzira Neves Sandoval

**Foto capa:** Valéria Felix

Com muita satisfação, apresentamos o volume inaugural da Revista **INFORMAÇÃO CONTINUADA**, como parte das comemorações aos 30 anos da EAPE. Nossa revista tem o objetivo de socializar experiências relevantes do que acontece no âmbito da EAPE e apresentar, a cada edição, informações, matérias e entrevistas de interesse da formação continuada e da educação no Distrito Federal.

Fundada em 10 de agosto de 1988, ano mais emblemático para a retomada do regime democrático no Brasil, a EAPE tem uma história marcada por rupturas e por avanços. A maior de todas as rupturas foi o seu fechamento durante um período de um pouco mais de um ano. Mas essa interrupção não foi capaz de apagar o desejo de toda a rede pública do Distrito Federal de contar com uma escola, sem similares no Brasil, em que profissionais da rede trabalhassem na formação continuada de seus próprios pares.

Funcionando em espaços improvisados de escolas, teatros e sobrelojas, até ocupar o prédio outrora dedicado à antiga Escola Normal de Brasília, a EAPE tem demonstrado sucessos e enfrentado incompreensões ao longo de sua história. Quando se afasta de outras subsecretarias, universidades e institui-

ções sérias, a EAPE vive momentos de extrema instabilidade. Quando, entretanto, a EAPE assume a formação continuada como política pública estratégica, ela se fortalece e imprime marcas de qualidade na história da educação do Distrito Federal. Foi assim nos anos de 2013 e 2014, quando da consolidação e da formação para o Currículo em Movimento. Foi assim também em relação ao Pró-Letramento, ao PNEM e a tantas outras experiências formativas. E tem sido assim, em 2019, com a proposta inovadora dos cursos do Projeto Aprender Sem Parar.

Com o Aprender Sem Parar, a EAPE busca apoiar as escolas na organização de um trabalho pedagógico que promova as aprendizagens dos estudantes, com base nos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento e dos processos de inovação que o mundo contemporâneo nos impõe. Assim, a EAPE deseja que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos historicamente construídos pelas ciências e pela sociedade em geral. Mas a EAPE quer, sobretudo, que os estudantes aprendam o valor da empatia, da diversidade, da democracia, da cultura de paz, para que transformem o nosso mundo num lugar melhor. Viva a EAPE! Viva a escola pública de qualidade!



Subsecretário de Formação Continuada dos Profissionais da Educação



## PROJETO APRENDER SEM PARAR

# ESCOLHER PERCURSOS PARA CONSTRUIR APRENDIZAGENS

**C**ompreendendo ações integradas de formação continuada, pesquisa e avaliação, o Projeto Aprender Sem Parar, em sua primeira edição, possibilitou a oferta de cursos para todas as etapas da Educação Básica, para gestores e para orientadores educacionais. Caracterizados pela oferta de percursos formativos comuns (para todos os cursistas matriculados) e de percursos formativos individualizados (de livre escolha por parte de cursistas ou de turmas), os cursos do Projeto Aprender Sem Parar possibilitam que a trajetória de formação não seja a mesma para todos os inscitos. Isso é possível pelo fato de que a carga horária total dos cursos é distribuída pelo percurso comum e pelos percursos

escolhidos conforme necessidades, dúvidas ou motivações dos cursistas.

No que diz respeito aos cursos ofertados para a educação infantil, anos iniciais, anos finais e ensino médio, o percurso formativo comum denomina-se Aprendizagens, Currículo, Avaliação e Inovação. No curso específico para gestores, o percurso formativo comum denomina-se Diálogos sobre a Gestão Escolar Democrática e, para o curso voltado à orientação educacional, o percurso formativo comum denomina-se Orientar fortalecendo a identidade profissional.

No cerne desse desenho de formação inovador, está a preocupação com as aprendizagens dos estudantes, cuja proficiência, em quase todas as avaliações externas e as realizadas pelas próprias escolas, apresenta-se aquém da idade ou do ano em que estão matriculados. No caso específico do curso destinado aos gestores, busca-se o fortalecimento da gestão democrática, considerando aspectos políticos, administrativos, financeiros, pedagógicos e sociais da educação públicas do Distrito Federal, a partir da construção de projetos inovadores de gestão.

O curso Aprender Sem Parar – Orientação Educacional, destinado aos novos orientadores, nomeados em 2018 e 2019, é, por sua vez, a primeira experiência de formação continuada da EAPE com duração ao longo dos 3

**O curso Aprender Sem Parar - Orientação Educacional é a primeira experiência de formação continuada da EAPE com duração ao longo dos 3 anos de estágio probatório.**

anos de estágio probatório. Assim, o Aprender Sem Parar – Orientação Educacional cumpre a função de curso de integração à Carreira Magistério Público, em atendimento à Lei do Plano de Carreira (Lei nº 5.105/2013), que, em seu artigo 11, estabelece que “A Secretaria de Estado de Educação deve implementar, para os servidores em

estágio probatório, curso de integração à Carreira Magistério Público e programas de acompanhamento e avaliação”. Durante os três anos de formação, cada cursista construirá um memorial formativo com o registro de reflexões, vivências, estudos e aprendizagens essenciais ao seu desenvolvimento profissional.

Para o ano de 2020, a EAPE planeja rearticular alguns aspectos dos cursos do Projeto Aprender Sem Parar, considerando avaliações internas e, também, avaliações dos próprios cursistas. Além disso, tendo em vista a recomposição do quadro de formadores no ano de 2019, pretende-se ofertar, em 2020, cursos estruturantes para áreas do conhecimento ou componentes curriculares, como, por exemplo, Aprender Sem Parar – Matemática, Aprender Sem Parar – Língua Portuguesa, Aprender Sem Parar – Ciências. Está também sob análise a possibilidade de oferta do curso Aprender Sem Parar – Carreira Assistência, em atendimento a uma demanda histórica da rede pública.



# QUEM SÃO E O QUE PENSAM OS ESTUDANTES: UM RECORTE DOS ANOS FINAIS NO DISTRITO FEDERAL

O Projeto Aprender Sem Parar estrutura-se em três dimensões: formação continuada, pesquisa e avaliação. A proposta geral do projeto, no que diz respeito às etapas da educação básica, é apoiar as escolas nos processos de ensino e de aprendizagem, de forma a contribuir para o êxito dos estudantes em sua trajetória escolar.

A pesquisa, nos cursos do Aprender Sem Parar, ocupa lugar central devido à sua condição de processo indissociável de todas as ações formativas. Apresentamos aqui alguns dados levantados na pesquisa realizada com estudantes dos anos finais, por meio da aplicação de questionário, cujos objetivos foram traçar um perfil socioeconômico dos estudantes e registrar a percepção que eles têm da escola, das aulas e de suas próprias aprendizagens. A partir dos resultados, os professores cursistas foram devidamente orientados a analisarem os dados auferidos e, também, foram instados a discutir saídas para as questões traduzidas em indicadores.



Luis Tavares

por diferentes esferas da própria SEEDF.

Antes de apresentar reflexões sobre o conjunto desses dados, é importante destacar que obter informações acerca do estudante, principalmente daqueles que estão situados em Unidades Escolares que apresentaram baixo desempenho escolar, significa considerar os sujeitos-chave do processo de aprendizagem como

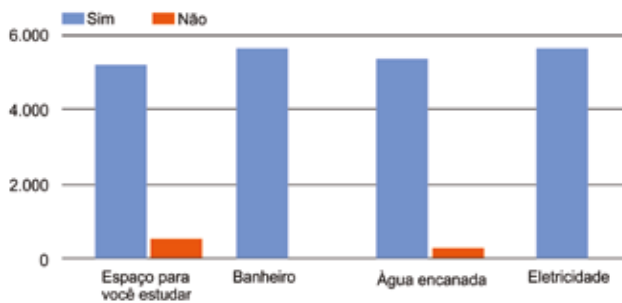
## PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os participantes da pesquisa são estudantes dos anos finais das 72 escolas que concordaram em integrar o projeto Aprender Sem Parar neste ano de 2019, que atendeu, nesta etapa da educação básica, 12 das 14 Coordenações Regionais de Ensino. Ao total, foram 5.678 respondentes (22,9% do 6º ano; 24,3% do 7º ano; 24,7% do 8º ano e 28,1% do 9º ano). As informações coletadas subsidiaram sobremaneira o planejamento pedagógico das formações continuadas voltadas para os seus professores, além de chamarem a atenção para a possibilidade de ações a serem realizadas, não somente pela e na escola, mas também

coparticipantes/coautores desse processo. Nesse sentido, a perspectiva individualista não se aplica, pois entende-se que se deve considerar os múltiplos recursos/sistemas constituintes do desenvolvimento do sujeito que aprende. Sobre a organização das informações de cunho socioeconômico, foram duas as categorias estabelecidas: a) estrutural, que abarca os aspectos de tipologia habitacional; e b) bens de consumo, considerados bens utilizáveis pelos indivíduos e/ou familiares.

A respeito das informações relativas às residências dos estudantes entrevistados, a maioria afirma que possui espaço físico específico para estudar, que todas têm banheiro e

eletricidade e uma minoria alega não possuir água encanada. Vale ressaltar que embora essa última não seja muito representativa nos dados, ela é um exemplo prático e real de tema que merece ser abordado na escola, tendo em vista que, por meio do conhecimento, os estudantes podem e devem saber da relevância da distribuição de água potável tratada nas habitações para a qualidade da sobrevivência individual e coletiva e, de posse desse conhecimento, o estudante pode se tornar um cidadão mais crítico e atuante em sua comunidade.



e acesso a revistas, livros, computadores, jogos digitais, internet, plataformas digitais de streaming de áudio e vídeo, as respostas indicaram uma forte tendência tecnológica no uso ou na troca de informações no dia a dia. Ainda que um recorte considerável não tenha acesso ao computador, muitos são os estudantes que frequentemente acessam conteúdos digitais como jogos, filmes e músicas. Essa informação pode ser uma “mina de ouro” para a escola, a fim de que o professor repense a sua

abordagem em sua prática pedagógica. Vale levantar a questão: quais serão os ganhos para a aprendizagem do estudante se o professor utilizar como estratégia aquilo que mais desperta o interesse do seu aluno?

Outro aspecto relevante a ser observado diante dos dados coletados refere-se ao alcance do estudante aos espaços que oferecem atividades relativas a manifestações culturais, tais como shows, apresentações, teatros, museus. Poucos são os estudantes que vão ao cinema ou ao shopping. A maioria tem como espaço social a rua e a praça, o que

contribui para a sua constituição enquanto sujeito pertencente e conhecedor da sua comunidade. Para além disso, a escola, a rede educacional, deve ter o compromisso de oportunizar experiências diversas como forma de estimular a socialização de novos espaços e favorecer a criação e a fruição artísticas em suas múltiplas linguagens, no intuito de ampliar o repertório artístico e cultural do estudante.

Tendo em vista os dados revelados na breve pesquisa, a EAPE não poderia se furtar ao compromisso, também, de propor uma ação, em parceria com as Unidades Escolares. Nesse sentido, propõe-se a criação do CINEAPE, que será uma sessão cultural para a exibição de filmes, nos

dois turnos, no auditório da EAPE, especialmente para estudantes de escolas que, de forma marcada, responderam que nunca tiveram acesso ao cinema. Serão organizadas enquetes periódicas por meio das quais os filmes a serem exibidos serão escolhidos. E, assim, transformaremos o nosso auditório de 600 lugares numa sala de projeção. Essa é uma forma simples de disponibilizar o espaço da EAPE para os estudantes da nossa rede de ensino, aproximando-o do estudante como desdobramento de informações coletadas por meio da pesquisa realizada.

## PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE AS AULAS, A ESCOLA E SUAS APRENDIZAGENS

De modo geral, pode-se afirmar, pelos dados da pesquisa, que os estudantes têm uma percepção positiva em relação às suas aprendizagens. Isso se comprova pelo fato de que a maioria dos alunos afirma que: a) o que aprendem faz sentido para eles; b) que a aprendizagem os ajuda a superar os desafios do seu cotidiano; c) que a aprendizagem tem relação com a sua realidade; d) que a aprendizagem ajuda a refletir sobre o mundo atual; e) que a aprendizagem desperta curiosidade; e f) que a aprendizagem faz com que tenha vontade de dar continuidade aos estudos.

Dado o alcance limitado da pesquisa, não é possível inserir essas escolhas num contexto em que se

verificam, em alguns casos, níveis de proficiência ainda muito insatisfatórios dos estudantes de anos finais. Seria interessante, em outro momento, buscar mais detalhes sobre o que eles consideram como aprendizagem significativa. Desse modo, teríamos mais condições de ampliar a discussão sobre essa aparente contradição entre o que os estudantes responderam e aquilo que as avaliações escolares e, também, as de larga escala têm apresentado em termos de aprendizagem.

Outro aspecto relacionado ao tema das aprendizagens tratado na pesquisa refere-se à questão “Em qual lugar da escola você mais gosta de ficar?”. Diante das opções “quadra de esportes”, “biblioteca”, “sala de aula”, “refeitório”, “espaço de convivência” e “nenhum”, a sala de aula foi a última escolha a ser feita pelos estudantes, conforme dados percentuais seguintes: quadra de esportes (43,4%), espaço de convivência (17,9%), nenhum (11,8%), refeitório (10%), biblioteca (8,8%) e sala de aula (8,2%). Destaca-se, aqui, também, o considerável índice (11,8%) de estudantes que não apontaram nenhum espaço entre os apresentados como sendo um lugar onde eles gostam de ficar. Isso nos leva ao desafio de construir, cada vez mais, a escola como espaço agradável de se estar, como espaço propício às convivências e às aprendizagens.

Além disso, é interessante levantar as seguintes questões: será que a escola considera o que os

estudantes aprendem como aprendizado? Será que essa relação que os estudantes estabeleceram com a aprendizagem está, de fato, na sua constituição enquanto sujeito e na sua forma de interagir com o mundo?

Sobre os usos dos diversos espaços da escola, de acordo com a pesquisa, as atividades ofertadas e os espaços utilizados no ambiente escolar se concentram mais nas bibliotecas e salas de leitura, bem como na quadra de esportes. Os auditórios e as salas de vídeos poderiam ser mais explorados, assim como os laboratórios de ciências que, conforme foi observado, são muito pouco utilizados. No entanto, pelos dados disponíveis, não é possível afirmar se a baixa escolha por laboratórios e salas de vídeo ocorreu pela pouca exploração pedagógica desses espaços ou pela inexistência deles em determinadas escolas.

Do ponto de vista das relações interpessoais, a maioria dos estudantes afirma que já presenciou, às vezes, desrespeito, discriminação e conflitos violentos na escola. A maioria, entretanto, afirma que, na escola, há iniciativas para resolução de conflitos. É preciso salientar, mais uma vez, que a pesquisa não detalha, por exemplo, se essas questões presenciadas pelos estudantes dizem respeito a conflitos entre estudantes, entre estudantes e professores ou entre professores e responsáveis das famílias, entre outras possibilidades.

De todo modo, é preciso registrar que a EAPE, atenta a essas questões, propõe cursos específicos para o trabalho pedagógico com mediação de conflitos e, além disso, nos cursos do Projeto Aprender Sem Parar, existem percursos formativos que tratam da temática de cultura de paz e relações socioemocionais.

## **ANÁLISE DE REALIDADE SOCIOEDUCACIONAL**

A busca por discutir as aprendizagens como processos essenciais ao desenvolvimento dos estudantes, objetivo central do Projeto Aprender sem Parar (ASP), gerou a necessidade de ampliar a compreensão acerca dos diferentes fatores que influenciam a qualidade educacional das escolas participantes do ASP por meio da identificação de variáveis que impactam a aprendizagem dos estudantes.

Ancorada na literatura que aponta que os fatores que exercem influência na aprendizagem dos estudantes são múltiplos e complexos e que contemplam dinâmicas que atuam em diferentes níveis, que vão desde as características socioeconômicas e culturais dos estudantes (BROKE; SOARES, 2008), passam pelas dinâmicas que ocorrem em sala de aula (PALERMO; SILVA; NOVELLINO, 2014) e chegam às características estruturais da escola (FLETCHER, 1997), foi elaborada uma Análise de Realidade Socioeducacional (ARS) que objetivou subsidiar as escolas par-



ticipantes na compreensão de sua realidade educacional com vistas a possibilitar a construção de práticas pedagógicas interdisciplinares e inovadoras que levem em conta as características e demandas dos estudantes de cada escola.

Como estratégia metodológica, a Análise de Realidade Socioeducacional foi realizada a partir da conversão das questões do Questionário de Estudantes, instrumento aplicado a um quantitativo de 6.659 estudantes dos anos finais da rede pública de ensino do Distrito Federal, em 14 indicadores socioeducacionais, que foram agrupados seguindo o modelo hierárquico dos três níveis proposto por Soares (2005).

Destarte, os indicadores foram congregados em três variáveis-chave descritas no quadro 1: o efeito-aluno, que envolve características pessoais e familiares dos estudantes, como o nível socioeconômico e o capital cultural; o efeito-escola, que envolve características dos estabelecimentos de ensino, tais como a gestão escolar, o clima escolar, o currículo e a avaliação, e o efeito-turma, que envolve características pessoais dos educadores e estudantes que compõem uma determinada turma, a gestão dos recursos didáticos por parte dos professores, a criatividade dos docentes e sua disposição em propor ações pedagógicas inovadoras.

Indicadores socioeducacionais agrupados segundo fatores associados

ao desempenho escolar.

#### **Indicadores associados ao efeito-aluno**

- a) Indicador de propriedade de imóvel familiar e de acesso a bens de consumo
- b) Indicador de estrutura residencial
- c) Indicador de coabitação
- d) Indicador de acesso à mídia e a produtos culturais
- e) Indicador de acesso a espaços culturais e comunitários
- f) Indicador de atividade laborativa

#### **Indicadores associados ao efeito-escola**

- g) Indicador de espaços escolares extraclasse
- h) Indicador de clima escolar e de violência intraescolar
- i) Indicador de práticas avaliativas
- j) Indicador de apoio à aprendizagem dos estudantes
- k) Indicador de projetos e ações pedagógicas

#### **Indicadores associados ao efeito-turma**

- l) Indicador de inovação educacional
- m) Indicador de relações interpessoais
- n) Indicador de composição das turmas, efeito dos pares e fluxo escolar

Para possibilitar rigor analítico e metodológico e facilitar a compreensão dos dados por parte das escolas, a ARS foi realizada em três

etapas. Em um primeiro momento, foi debatida a literatura brasileira e internacional acerca dos fatores associados ao desempenho escolar. Posteriormente, liderados pelos formadores da EAPE, os cursistas realizaram a análise dos dados desagregados do Questionário dos Estudantes convertidos em indicadores (quadro 1), aprofundando, a partir de metodologias de análise de dados, a compreensão sobre cada um dos 14 indicadores. Por fim, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes e à resolução das fragilidades educacionais apontadas pelos dados, as escolas foram orientadas a escolher pelo menos um indicador para ser alvo de uma intervenção pedagógica.

Para melhor subsidiar a ação, a orientação se deu no sentido de que a escolha do indicador pelas escolas fosse realizada a partir da resolução coletiva da seguinte equação:

#### **Equação**

$IPE \times IPR = IRP = \text{Coeficiente Resolutivo}$

Em que:

**IPE:** Índice de Prioridade Educacional, obtido pela percepção de que uma problemática deve ter prioridade na ação educativa. A escala do IPE varia de 0 a 10, sendo que quanto mais próxima de 10, mais prioridade deve ter o tratamento dessa problemática.

**IPR:** Índice de Possibilidade Resolutiva, obtido pela percepção dos sujeitos de que uma problemática

possa ser resolvida por meio da ação educativa. A escala de IPR varia de 0 a 10, sendo que quanto mais próxima de 10, maior a possibilidade de essa problemática ser resolvida no campo educativo.

**IRP:** Índice de Relevância do Problema, a ser definido por meio da recorrência do problema nas respostas do Questionário do Estudante. Caso a recorrência do problema seja inferior a 50% das respostas, deve ser feita a divisão por 2. Caso seja superior a 50%, deverá ser feita a divisão por 1.

**Coefficiente Resolutivo:** Indica a relação entre prioridade, recorrência e possibilidade resolutiva do problema e deve servir como parâmetro para a decisão sobre qual indicador atacar por meio do Projeto Integrador. Quanto maior o coeficiente, melhor a possibilidade de escolha de um indicador com relevância educacional e possibilidade de resolução por meio da ação educativa.

Segundo Roger Lima, articulador do Projeto Aprender Sem Parar nos anos finais e criador da Equação de Coeficiente Resolutivo, testada por todos os formadores dos anos finais, “a construção dessa metodologia buscou orientar as escolas a definir os problemas a serem enfrentados pela ação educativa a partir de critérios objetivos que levem em conta a percepção que os sujeitos têm de sua realidade e a recorrência da problemática nos dados captados por meio do Questionário dos Estudantes”.

Realizada a análise e tendo sido eleito o indicador que a escola julgou como o de maior relevância para ser foco de uma intervenção pedagógica, cada grupo de cursistas vinculados a uma mesma unidade educacional formulou um Projeto Integrador, instrumento que teve como objetivo a melhoria do indicador escolhido por meio da proposição de práticas pedagógicas inovadoras e integradas que se relacionem aos objetivos do Currículo em Movimento das escolas da rede pública de ensino do DF, ao perfil das turmas e aos percursos do Aprender sem Parar. Com o intuito de orientar o processo, foi sugerida a escolha de um indicador ligado ao efeito-escola ou ao efeito-turma, tendo em vista que, ao contrário do efeito-aluno, esses fatores são passíveis de serem mudados com a ação da escola.

Partindo da dinâmica construída, há que se apontar que o Projeto Integrador possibilitou às escolas participantes a materialização de estratégias de intervenção pedagógica interdisciplinares formuladas a partir da compreensão de sua realidade e das demandas de sua comunidade, dando, dessa forma, sentido aos dados extraídos do Questionário dos Estudantes. Esse processo fomentou a discussão acerca da necessidade de que os projetos pedagógicos das escolas busquem enfrentar reais problemas apontados pelo coletivo da escola e observados a partir da análise de dados objetivos.

No decorrer do processo, observou-se que as escolas participantes optaram, em sua maioria, pela elaboração de Projetos Integradores que tinham como objetivo a melhoria de indicadores relacionados ao fator-escola (em especial os indicadores de clima escolar e de violência escolar e de práticas avaliativas) e ao fator-turma (com foco no indicador de inovação educacional). Tais escolhas apontam a compreensão por parte das escolas envolvidas da necessidade de concentrar esforços em problemáticas que podem ser impactadas mais diretamente pela ação da escola.

Para Júlio César Cabral da Costa, formador do Projeto Aprender Sem Parar em Sobradinho, “essa análise estimula o pensamento científico e pode amparar a construção de novas ações, bem como fortalecer aquelas mais significativas; permite, ainda, perceber quais são as fragilidades e potencialidades do projeto político-pedagógico, de fato [...]. Esse estudo, conduzido com seriedade, não visa apontar culpados, mas compreender a responsabilidade de todos os envolvidos e deve dar início a um processo permanente de reflexão, motivando todos a buscarem alternativas viáveis para a melhoria das aprendizagens, o estreitamento dos laços e vínculos com a comunidade escolar”.

Na opinião de Rita Mara Reis Costa, formadora do Projeto em Planaltina, “os dados construídos a partir da aplicação do questio-

nário para os estudantes foram ferramentas essenciais para que o professor cursista do Aprender Sem Parar conseguisse identificar o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem, fazendo surgir desses dados uma demanda principal como problema para a elaboração de ações integradoras que formatou o final de um projeto para esse curso [...]. Analisar a visão desse estudante sobre o seu papel frente a esse processo foi importante na formação do professor cursista”.

## REFERÊNCIAS

**BROOKE, N.; SOARES, J. F.** (Orgs.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

**FLETCHER, P.** À procura do ensino eficaz. Relatório de Pesquisa. PNUD/MEC/Saeb, 1997.

**PALERMO, G. A.; SILVA, D. B. N.; NOVELLINO, M. S. F.** Fatores associados ao desempenho escolar: uma análise da proficiência em matemática dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da rede municipal do Rio de Janeiro. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 367-394, jul./dez. 2014.

**SOARES, T. M.** Modelo de três níveis hierárquicos para proficiência dos alunos de 4ª série avaliados no teste de língua portuguesa do SIMAVE/PROEB-2002. Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 73-87, maio-ago. 2005.

## SEMINÁRIO “FORMAÇÃO CONTINUADA”

# UM DIÁLOGO COM OS EGRESSOS DO AFASTAMENTO REMUNERADO PARA ESTUDOS

No dia 22 de maio de 2019, foi realizada a primeira edição do Seminário “Formação Continuada: divulgação científica para uma educação de qualidade social”. Na ocasião, servidores das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação que retornaram do processo de afastamento remunerado para estudos em nível de mestrado e doutorado puderam dialogar com a rede sobre as pesquisas realizadas. Dessa forma, reunidos em um único evento, 61 comunicadores, 19 mediadores e 231 ouvintes interagiram acerca dos resultados de estudos e pesquisas realizados por nossos colegas da SEEDF.

A professora doutora Leisa Sasso, chefe da Unidade de Educação Básica de São Sebastião, ressaltou que “eventos dessa natureza contribuem para o aperfeiçoamento de professores, estudiosos e especialistas, através da educação e formação continuadas, sem as quais não é possível construir a nova escola que todos queremos”.

Para Adriano Sotero Bin, professor e mestre em Filosofia, “O Seminário de Formação Continuada é uma grande oportunidade para a Secretaria de Educação promover a divulgação das pesquisas feitas por seus servidores públicos. Neste evento, é possível verificar o retorno do investimento feito pela sociedade brasileira no aperfeiçoamento dos profissionais da Educação. Além disso, é uma grande oportunidade de difusão do conhecimento científico em diversas áreas afeitas às atividades pertinentes à nossa missão educacional. Deste modo, o Seminário possui uma importância notável para a formação para os servidores da área educacional”.

Lenilda Damasceno Perpétuo, doutoranda em Educação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, na Universidade de Brasília, destacou a importância do evento: “Agradeço e parabeno a toda equipe pedagógica da EAPE pelo relevante trabalho na construção e na realização do Seminário de Formação Continuada, onde tive-

mos a oportunidade de participar e compartilhar nossos percursos profissionais, apresentando pesquisas de mestrado e doutorado. Acreditamos na construção coletiva de conhecimento científico como ferramenta importante de transformação social e educacional, para uma Educação pública de qualidade, ancorada no respeito e valorização de um espaço escolar dialógico, diversificado e que legitime todos os sujeitos e todos os saberes pluriculturais, que esses sujeitos trazem para o convívio humanizado dentro do espaço da educação formal e informal”.

A primeira edição do Seminário “Formação Continuada: divulgação científica para uma educação de qualidade social” contou com 19 sessões de comunicação, organizadas a partir das temáticas contempladas nos trabalhos de pesquisa dos(as) profissionais egressos.

## PARCERIAS

# EAPE CONSOLIDANDO PARCERIAS

**A**EAPE não mede esforços para ampliar o alcance da formação continuada aos profissionais da educação da rede pública de ensino e uma das estratégias para alcançar esse objetivo são os cursos em parcerias institucionais. Em 2019, são diversas as formações ofertadas conjuntamente com parceiros da própria SEEDF e, também, com parceiros externos, como o Centro de Apoio ao Surdo (CAS), o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o DETRAN e a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Ao longo de seus 30 anos, as parcerias firmadas entre a EAPE e

outras instituições resultaram em cursos emblemáticos, tais como Pró-Letramento, Pró-Gestão, Profuncionário, PNEM e Programa Nacional pelo Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Fruto da colaboração entre EAPE e diversos parceiros, entre eles a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o curso Educação, Democracia e Cidadania, oportunamente, tem o objetivo de desenvolver a capacidade de analisar e aplicar conceitos no contexto da democracia e garantia de direitos. Nas palavras do Deputado Rafael Prudente, Presidente da Câmara Legislativa,



Arquivo

é dever do Legislativo “também preparar as pessoas de modo que possam contribuir para uma cidade melhor, mais justa e com mais oportunidades. Nada mais nobre do que transmitir conhecimento. Por isso, queremos que a parceria com a Secretaria de Educação, por meio da EAPE, seja cada vez mais forte, visando à excelência na orientação dos nossos alunos e mudando a vida dos cidadãos”.

Para Wivian Weller, professora da Universidade de Brasília (UnB), coordenadora do PNEM no Distrito Federal, projeto que aconteceu em 2014, “a parceria entre a UnB e a EAPE na realização do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Distrito Federal colocou em prática uma proposta de formação continuada mediada pelo diálogo constante entre professores da educação superior e da educação básica, que, juntos, buscaram oferecer novos olhares sobre o ensino médio público no Distrito Federal e sobre a organização do trabalho pedagógico nas escolas e juntos aos jovens”.

André Lúcio Bento, Subsecretário de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, ressalta a importância das parcerias institucionais com a EAPE para a consolidação da formação continuada na condição de processo central nas políticas públicas para que haja transformação social na vida dos nossos estudantes.

## APOIO À APRENDIZAGEM

# PRODUZIDOS POR PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA PARA REDE PÚBLICA

Por meio do Edital nº 09/2019, a EAPE constituiu, pela primeira vez em sua história, um grupo de professores(as) da rede pública para a produção de materiais didáticos impressos e digitais com vistas a apoiar o trabalho pedagógico nas escolas. Com proposta metodológica baseada em desafios e partindo de questões próprias das práticas sociais dos estudantes do Distrito Federal, o material produzido por professores(as) autores(as) servirá como mais um instrumento de apoio às aprendizagens, sem a pretensão de substituir os livros distribuídos pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Como parte do processo de produção, foi de extrema relevância a consulta aos dados disponíveis na plataforma Avaliação em Destaque, de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação. Além disso, a EAPE realizou uma consulta junto ao corpo docente da rede para verificar os objetivos de aprendizagem ou conteúdos em relação aos quais os estudantes apresentam mais dificuldade. Com base nas respostas obtidas na consulta, revelamos aqui alguns dos objetivos apontados por professores e professoras da SEEDF.

### Língua Portuguesa – 5º ano

Produzir textos escritos em diferentes gêneros, adequados a objetivos/finalidades, destinatários/interlocutores e o contexto de circulação.

### Matemática – 9º ano

Efetuar operações que envolvam números reais, inclusive potências com expoentes fracionários.

### Ciências – 1ª série (EM)

Importância da Ciência – Tecnologia – Sociedade



# DISTRITO FEDERAL, TERRITÓRIO DE FORMAÇÃO CONTINUADA:

## A EAPE PRESENTE NAS 14 COORDENAÇÕES REGIONAIS DE ENSINO



André Bento

Os primeiros meses do ano de 2019 marcam o processo de recomposição do quadro de formadores da EAPE. E, como fruto de uma parceria entre a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas e as Coordenações Regionais de Ensino, foi possível, pela primeira vez na história da educação do Distrito Federal, a oferta de cursos da EAPE em todas as CREs, simultaneamente. Essa medida busca aproximar a formação continuada das escolas, para que as diversas ações formativas levem em consideração a realidade pedagógica das unidades escolares de todas as regiões do DF.

Na opinião de Bento Alves dos Reis, coordenador regional de Planaltina, Região Administrativa mais distante do centro de Brasília, “a descentralização dos cursos da EAPE, para nós aqui da Coordenação Regional de Planaltina, é de suma importância, não só por facilitar o deslocamento de professores que residem aqui mesmo na Re-

gião Administrativa, mas, também, nos municípios do Entorno, como Planaltina de Goiás, Unai e Formosa. Como eles já vinham para Planaltina para o trabalho, poder continuar aqui para realizar esses cursos facilita muito. A experiência tem sido muito positiva: o índice de participação aumentou bastante e a permanência também. Fazendo

...com a descentralização da EAPE em 2019, por meio de cursos próprios ou em parceria, registramos a inscrição de 15.265 cursistas, um aumento de 62% em relação ao ano de 2018.

uma pesquisa informal entre os professores, a maioria ressalta a importância dessa descentralização. Então, neste ano, essa experiência de descentralizar foi de suma importância para que, efetivamente, os professores da nossa CRE participassem dessas formações, uma vez que a formação continuada é um pilar para uma educação pública de qualidade”.

Para Humberto José Lopes, coordenador regional ensino de

Brazlândia, segunda Região Administrativa mais distante em relação à sede da EAPE, “essa descentralização dos cursos da EAPE, para Brazlândia, é de fundamental importância. Para muitos professores e servidores é a única oportunidade que muitos têm de fazer cursos, porque o deslocamento de Brazlândia para o Plano Piloto, além do custo, tem a questão do tempo: muitos professores não conseguem, por exemplo, fazer um curso lá de manhã e voltar para Brazlândia, à tarde, para uma regência de classe [...]. Nós tivemos muitas dificuldades para encontrar professores formadores, mas precisamos trabalhar, nos esforçamos em parceria, para encontrarmos um meio de termos esses formadores aqui em Brazlândia”.

Ainda há muito trabalho a ser feito e muitas questões a serem avaliadas, mas, com a descentralização da EAPE em 2019, por meio de cursos próprios ou em parceria, registramos a inscrição de 15.265 cursistas, um aumento de 62% em relação ao ano de 2018.



## Aniversário

# EAPE 30 ANOS

## A EDUCAÇÃO EM FESTA

Por Maurício Witczak, formador na EAPE, professor de Artes Cênicas, ator, poeta, dramaturgo e jornalista

No ano de 1989, quando o Brasil soprava a velinha de um ano de vida da nova Constituição e do início da gestação da democracia, quem também comemorava seu primeiro ano de vida era a EAP, sigla que, anos depois, ganhou o “E” maiúsculo de Educação, tornando-se Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação. A instituição nasceu do sonho dos educadores de promoverem uma formação continuada que não deixasse os professores estagnados numa estação, assistindo o trem da história seguir viagem. E o sonho não era apenas estar no trem e nem ser

um maquinista, que apenas contempla a paisagem. O desejo era ir transformando a locomotiva, de forma que sua velocidade fosse proporcional às grandes transformações da sociedade. Assim é o processo de aperfeiçoamento educacional: continuamente antenado, continuamente inserindo a educação nas revoluções e paradigmas, que mudam o curso da civilização. Uma longa estrada que buscasse estabelecer diálogos e trocas de experiências pedagógicas para que a educação desse um salto de qualidade, contemplando os estudantes sedentos por um ensino que os fizesse caminhar pelas

próprias pernas. Como diria Paulo Freire, com suas sábias palavras: “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho, pelo qual se pôs a caminhar”.

Os homens e as mulheres do século XX, na gênese da EAPE, já sabiam que a educação do século XXI necessitaria de uma instituição que fizesse girar a roda viva do conhecimento. Na sociedade contemporânea, as informações vêm a jato, sem filtros ou aplicativos contra fake news. A comunicação acontece em tempo real, o web-mundo comanda comportamentos

controversos, trazendo às escolas estudantes cada vez com mais aversão à presencialidade das salas de aula e viciados no universo virtual, onde seus avatares são muito mais importantes do que eles aparentam ser na realidade. Essa é a escola desafiante que os professores encontram em 2019 e, por isso, o simples fato de a EAPE existir já é um ato de resistência e de responsabilidade nesses novos tempos, através de seu processo de trabalho.

Os profissionais da EAPE são como jardineiros, inspirados por sonhadores como o saudoso educador Fábio Vieira Bruno, diretor executivo da Fundação Educacional do DF, que criou, em 1988, a primeira comissão oficial que pleiteou a criação de uma escola onde professores formadores multiplicariam suas teorias e práticas docentes. E depois de quase duas décadas de lutas, em 2006, os educadores ganharam uma casa, onde puderam fixar morada. Um espaço que abrigara, por muitos anos, a histórica Escola Normal de Brasília, fundada em 1969. E, então, surgiram Cirqueiras, Rodrigues, FONSECAS, Coutinhos, Manos, Freitas, Teixeiras, Simões, Bentos e tantos outros, que não deixaram o sonho morrer.

Hoje, a EAPE é uma instituição de formação continuada, voltada aos profissionais da Educação, com notoriedade nacional. Tornou-se referência na educação brasileira, realizando seminários e congressos nacionais e oferecendo cursos de formação continuada

que contemplam todas as áreas de conhecimento. Há muito a comemorar. A EAPE é uma instituição que busca seguir a sua missão de unir professores que, ao se olharem olho no olho, ao se unirem ombro a ombro, compartilham sementes e saberes que darão frutos, de maneira profícua, às milhares de salas de aulas da rede pública de ensino do Distrito Federal. O objetivo é que toda essa busca acenda o brilho nos olhos dos estudantes, que são os grandes protagonistas de toda essa história. Agora, a EAPE pode juntar-se à festa de aniversário de nossa constituinte

e, juntos, comemorem três décadas de vida, soprando as velinhas de um bolo confeitado de democracia e educação libertária e feita de camadas de conteúdos críticos, atentos às transformações sociais, políticas e tecnológicas e na base que sustenta toda a estrutura desse bolo festivo, o ingrediente principal, colocado cuidadosamente pelas mãos dos educadores-confeiteiros: a cidadania! Parabéns, EAPE! Vida longa!

Texto que compõe o vídeo institucional apresentado na Sessão Solene em comemoração aos 30 anos da EAPE, realizada no dia 8 de novembro de 2019, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados.

## AVALIAÇÃO E PESQUISA

# DE VOLTA À EAPE

Como parte do processo que busca fortalecer a EAPE como espaço de produção de conhecimento e de avaliação de políticas públicas, os setores de pesquisa articulada à formação continuada e de avaliação foram restabelecidos. No que diz respeito à pesquisa, serão definidos os perfis dos formadores para atuarem nas diversas demandas, internas e externas à EAPE, a elaboração de instrumentos próprios de pesquisa e a periodicidade de divulgação de resultados. Quanto à avaliação, espera-se o restabelecimento da prática avaliativa das ações formativas e dos formadores e a execução da avaliação institucional. Como desdobramentos da retomada desses setores, a EAPE realizará, em 2020, pesquisa sobre estudantes refugiados no Distrito Federal, além de produzir o Censo da Formação Continuada, cruzando dados da formação docente com o desempenho dos estudantes.





Taís Castro

## COORDENAÇÃO COLETIVA EXTERNA DE FORMAÇÃO

# VISITA À UNIVERSIDADE DA PAZ

No dia 12 de junho de 2019, a EAPE esteve presente na Universidade da Paz – UNIPAZ para uma coletiva externa. A UNIPAZ-DF é uma organização não governamental, declarada órgão de Utilidade Pública Federal e criada para desenvolver projetos específicos e relacionados à cultura de paz, alicerçada na visão holística e na abordagem transdisciplinar.

Sua criação e instalação aconteceu em Brasília, em 1986, e hoje há unidades no Brasil e no exterior. A UNIPAZ tem como referência a pedagogia da cultura de paz desenvolvida por Pierre Weil e sua equipe, com base em documentos da ONU e da UNESCO. Essa proposta pedagógica tem sido aplicada em formações, cursos e seminários abertos à participação de todos os interessados.

Em tempos de violência e intolerância sofridas nas escolas, faz-se necessário investir na formação continuada dos profissionais da educação pautada na cultura de paz, na mediação de conflitos e no respeito às diferenças presentes no cotidiano escolar. Nesse dia, formadores e formadoras da EAPE puderam conhecer a proposta desse espaço, vivenciar

práticas integrativas de autoconhecimento e desfrutar do contato com a natureza.

Vale ressaltar que o programa da UNIPAZ tem sido levado às instituições governamentais e escolas públicas e particulares de ensino fundamental, médio e superior, uma ótima oportunidade para as unidades escolares debaterem esse tema tão necessário às escolas em um mundo marcado por violência, discriminação e intolerância.

Em 2019, a EAPE decidiu inserir as temáticas da cultura de paz e da mediação de conflitos em

seus cursos estruturantes do Projeto Aprender Sem Parar. No caso dos cursos para a educação infantil, anos iniciais, anos finais e ensino médio, temos o percurso formativo Aprendizagens e Cultura de Paz; para o curso destinado aos gestores, temos o percurso formativo Gestão para as Aprendizagens e o Bem-Estar Escolar e o percurso Gestão para as Aprendizagens e a Cultura de Paz; para o curso ofertado aos orientadores educacionais, temos os seguintes percursos sobre a temática em questão: Orientar dialogando e aprender transformando com a mediação de conflitos, Orientar respeitando identidades e diferenças, Orientar com a comunicação não-violenta e Orientar cuidando da qualidade de vida e bem-estar no trabalho. Além disso, a EAPE oferta os cursos “Plena Atenção” e “Construindo Novos Caminhos – Projeto de Vida na Escola”. O primeiro, ofertado desde 2012, tem o objetivo de promover o bem viver e o desenvolvimento integral dos participantes para que possam lidar em situações da vida, do trabalho e de estresse com mais discernimento, criatividade, assertividade, empatia e respeito às diferenças; já o último busca ampliar os conhecimentos sobre inteligência emocional, psicologia positiva e habilidades socioemocionais para se trabalhar projetos de vida na escola.

Tadeu Maia



## ESTÚDIO AUDIOVISUAL DA EAPE

# LUZ, CÂMERA, FORMAÇÃO

**A** EAPE passa hoje por um grande processo de transformação no que se refere ao modelo pedagógico. Essa transformação perpassa pela utilização de novas ferramentas tecnológicas de aprendizagem nas ações de formação continuada. Atualmente, as Tecnologias de Informação e Comunicação estão à disposição de estudantes e professores e, para que esses possam alcançar a velocidade das informações e quebrar barreiras de tempo e de espaço, a EAPE destaca a implementação do Estúdio de Produção Audiovisual, local onde se concentrará a produção de conteúdo audiovisual para as diversas ações formativas. Com isso, acredita-se que a EAPE dá mais um passo dentro da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no que tange às ações de formação continuada, para a modernização no atendimento das diversas demandas pedagógicas.

O espaço é adequado para a geração de conteúdo próprio e pode criar materiais que auxiliem os professores por meio da disseminação de informações e conteúdos importantes para o dia a dia na escola e o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Entre as produções destacam-se videoaulas, vídeos educativos, registros fotográficos e audiovisuais das atividades, animações, design gráfico, lives, pílulas (vídeos de 1 a 2 minutos), produção de programas de entrevista, webséries, documentários e vídeos de suporte para os cursos.



## DIREITO CONQUISTADO E ASSEGURADO

**A** fim de promover condições para a melhoria da qualidade da educação pública do Distrito Federal e de incentivar a formação continuada dos profissionais da Carreira Magistério Público, bem como da Carreira Assistência à Educação, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF assegura, anualmente, a oferta de vagas para afastamento remunerado para estudos.

Com a promulgação das Leis nº 5.105 e nº 5.106, de maio de 2013, as quais reestruturaram as carreiras Magistério Público e Assistência à Educação do Distrito Federal, respectivamente, garantiu-se, anualmente, o afastamento remunerado de, no mínimo, 1% dos servidores ativos para a realização de cursos de mestrado ou de doutorado, a título de formação continuada.

A definição desse percentual anual foi uma conquista histórica para os servidores da educação pública do DF e representou um ganho inestimável para a qualificação profissional das categorias contempladas, o que reflete diretamente no processo de ensino e aprendizagem e indiretamente na sociedade de modo mais amplo, uma vez que o conhecimento científico é crucial para o desenvolvimento de mudan-

<b>Carreira Magistério</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	98	98	100	96	98
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado (PD)	33	24	50	53	71
Total de vagas para mestrado	184	181	186	180	180
Total de servidores afastados para mestrado	105	117	105	163	183
<b>Carreira Assistência à Educação</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Total de vagas para doutorado e pós-doutorado	10	10	10	10	10
Total de servidores afastados para doutorado e pós-doutorado	03	01	01	01	04
Total de vagas para mestrado	33	38	34	34	32
Total de servidores afastados para mestrado	05	04	09	04	06
Total de vagas para especialização	60	62	58	54	54
Total de servidores afastados para especialização	01	02	-	01	-

ças sociais.

O afastamento remunerado destina-se precipuamente aos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Entretanto, há vagas de afastamento destinadas também a estudantes de cursos de especialização (pós-graduação lato sensu), mas tais vagas são restritas a servidores da Carreira Assistência à Educação. Nesse caso, o curso deve ter carga horária presencial mínima de 9 horas-aula semanais, distribuídas, no

mínimo, em 3 dias da semana.

Desde 2018, para participar do processo seletivo, o servidor interessado no afastamento remunerado deve criar um processo no SEI. Embora o SEI ainda seja um “obstáculo” para alguns servidores, não há motivo para preocupação. No Portal da EAPE, há um tutorial detalhado de como iniciar o processo e incluir toda a documentação necessária. A vantagem, com isso, é que o servidor nem precisa sair de casa para dar início a seu processo, pois

## OFICINAS PEDAGÓGICAS

# 19º ENCONTRÃO DOS CENTROS DE VIVÊNCIAS LÚDICAS

não há mais necessidade de ir a diversos locais em busca de declarações.

A novidade é que, para se inscrever no certame, o servidor não precisa estar necessariamente matriculado em uma universidade. Isso aumenta a possibilidade de participação de estudantes de diversas universidades do Brasil e do mundo, as quais apresentam calendários bem diversos. Portanto, ainda que não esteja inscrito e/ou aprovado numa instituição de ensino superior, o servidor pode iniciar seu processo de afastamento e terá até a fase de recursos para apresentar o comprovante de inscrição ou aprovação no curso que pretende fazer.

No dia 26 de setembro de 2019, aconteceu o 19º Encontro dos Centros de Vivências Lúdicas – Oficinas Pedagógicas, com o tema “Vivências Criativas – Diversidade do Aprender”. Os Centros integram a Gerência de Pesquisa, Avaliação e Formação Contínua para Gestão, Carreira Assistência, Orientação Educacional e Eixos Transversais (GOET) da EAPE. Os Centros de Vivências Lúdicas – Oficinas Pedagógicas estão presentes nas quatorze Coordenações Regionais de Ensino, realizando formação continuada dos profissionais da educação, por meio de metodologias lúdicas, criativas e humanizadas. Segundo a Coordenadora dos Centros de Vivências, Luciana Ribeiro, “as formações são voltadas para atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, brinquedos e contação de histórias, abrindo aos professores e a seus estudantes novos meios de vivenciar o processo de ensino e aprendizagem de maneira prazerosa e alegre. Possibilidades essas que incluem práticas que integram corpo, mente e sensibilidade através de uma metodologia apoiada na ludicidade, em que os estudantes têm oportunidade de articular seu conhecimento de mundo

com os conhecimentos estudados, protagonizando a construção das aprendizagens”.

O evento contou com a presença dos professores cursistas dos quatorze Centros de Vivências Lúdicas – Oficinas Pedagógicas e sua organização foi pensada de forma que o público presente pudesse ter uma visão global de todos os cursos e das demais ações de formação. O gerente da GOET, Christofer Sabino, pontuou que “o Encontro foi pensado na perspectiva da afetividade e ludicidade que permeiam o trabalho das Oficinas”. O evento contou com várias atrações, entre elas, o Coral das Oficinas, e muitas histórias, com brinquedos cantados, brincadeiras, dança e teatro de bonecos.



Tais Castro



Tais Castro

## REINAUGURAÇÃO

# REABERTURA DO ESPAÇO BRASILIDADES AFRO-INDÍGENAS

**A**pós três anos, foi reaberto, em 04 de outubro de 2019, o Espaço Brasilidades Afro-Índigenas da EAPE (destaca-se o uso de “S” maiúsculo, bem como as iniciais das palavras “Afro” e “Índigenas”, também maiúsculas, como expressão de afirmação da diversidade e do protagonismo desses grupos e de outros grupos étnico-raciais nas ações desse espaço). A ação visa contemplar o proposto pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Índigena”. Esse espaço foi reativado para acolher, instrumentalizar e incentivar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na educação das e para as relações étnico-raciais.

Nossos passos já vêm de longe, com o Espaço Afro-Brasilidades, criado inicialmente com as funções de abrigar os cursos relacionados à educação para relações étnico-raciais e servir de museu e biblioteca temática. A reativação desse espaço de formação continuada reconhece a dinâmica singular que estruturalmente afeta as populações negras, indígenas, ciganas, imigrantes e refugiadas, com a intenção de devidamente reconhecer suas histórias, culturas, saberes e fazeres como fundantes para a formação do que chamamos de Brasil.

## DIVERSIDADE DE AÇÕES

### A EAPE COM VÁRIAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

**A**lém das formações representadas pelo Projeto Aprender Sem Parar e pelos cursos específicos, a EAPE tem marcado presença de forma significativa nas escolas e Coordenações Regionais de Ensino em diversas outras ações de formação. Focada em diversificar os padrões de formação, desde o início do ano, a Subsecretaria de Formação Continuada já atendeu 55 solicitações de oficinas, palestras e participações em coordenações pedagógicas em escolas de quase todas as Regionais de Ensino. Além disso, somou-se a eventos como a Plenária da Educação Infantil, o Festival de Tecnologia, Inovação e Ciência – FESTIC e as edições da Virada Pedagógica. As ações de formação, no que tange às palestras e às rodas de conversa, trataram de temas como Desenvolvimento Infantil, Formação do Professor Lector, Letramento Científico e Matemático, Sexualidade e Deficiência, Adaptação e Adequação Curricular, Educação Inclusiva, Competências Socioemocionais e Identidade Docente. Além disso, algumas escolas tiveram a oportunidade de participarem de oficinas de gravura, cordel, xilogravura, ilustração, musicalização, ludicidade e contação de histórias. Muitas outras ações já estão agendadas para a reta final deste ano letivo e muitas outras já estão sendo preparadas para 2020.

## FORMULÁRIO DE ADEQUAÇÃO CURRICULAR: PRODUTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DE PARCERIAS

**A**EAPE, como setor responsável pela formação continuada dos profissionais da educação, com uma organização em que formadores e formadoras são professores e professoras do próprio quadro de servidores da rede pública, produz frutos que vão muito além da mera proposição de ações formativas. Esse é o caso do curso “Escolarização dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais: Adaptações Curriculares, Orientações Pedagógicas e Estratégias de Atendimentos”, de 180 horas, ofertado em 2018, com base em demandas das Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia e de Taguatinga e de professores cursistas da EAPE em anos anteriores, cujas necessidades apontavam para uma compreensão maior quanto ao preenchimento dos itens do Formulário de Registro das Adequações Curriculares – Etapas e Modalidades da Educação Básica.

Ao longo do curso, surgiu a necessidade de se propor um novo formulário. A retirada de alguns itens e a reorganização de outros seriam necessários para atender aos pressupostos do Currículo em Movimento e às legislações vigentes, além de garantir a objetividade e a fidedignidade no registro das adaptações/adequações curriculares realizadas no contexto escolar com vistas a acompanhar e documentar o processo de escolarização dos estudantes com NEE.

A elaboração do Formulário de Registros das Adequações Curriculares – Etapas e Modalidades da Educação Básica, em vigor, ocorreu a partir dos desdobramentos do curso ofertado pela EAPE em parceria com a então Diretoria da Educação Especial (DIEE) da SEEDF, estrutura que seria funcionalmente incorporada, em 2019, à Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral – SUBIN.



Ana Carolina

## QUANDO O POLO DE FORMAÇÃO É A ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CED INCRA 9

**A**creditando no quão importante e necessária é a formação no ambiente escolar e no diálogo direto entre EAPE e escola, a equipe de Educação do Campo se empenha em partir da realidade local para o atendimento efetivo das demandas de formação continuada. No Centro Educacional Incra 9 da CRE de Ceilândia, tem sido assim. A escola, que atende a todas as etapas da educação básica além da Educação de Jovens e Adultos, tem se constituído como um polo em potencial para a formação na modalidade em questão, sendo uma referência para as demais escolas do campo de Ceilândia. Em 2019, o curso “Repensando o espaço escolar com ferramentas da Educação do Campo” teve como objetivo fortalecer o processo de identidade do CED Incra 9 e das demais escolas participantes do curso (CEF Boa Esperança e Escola Classe Lajes da Jiboia), o que requer todo um arcabouço conceitual aliado a mudanças na prática pedagógica.

O objetivo central do curso é a implantação de uma pequena agrofloresta no espaço agricultável da escola. O percurso de formação, portanto, teve como ponto de partida os pilares fundantes em Educação do Campo, a saber agroecologia, políticas públicas e educação freiriana; seguido da elaboração coletiva de um mapa-síntese que retrata o espaço escolar a partir das perspectivas aérea e local, ou seja, em diferentes escalas e com percursos in loco, respectivamente. O mapa teve como desdobramento um croqui da área verde da escola seguido do plantio de espécies utilizadas em adubação verde, que são as plantas leguminosas de ciclo curto que fixam



nutrientes no solo, para a posterior implantação da agrofloresta junto à comunidade local.

No período entre o desenvolvimento das plantas leguminosas no campo e a implantação da agrofloresta no início da estação chuvosa, o curso esteve voltado ao cumprimento da meta 8 do Plano Distrital de Educação 2015-2024 (PDE) no que tange ao incentivo de práticas artísticas baseadas na ética e na solidariedade: o Teatro Oprimido como método de discussão e intervenção da/na realidade. Foram realizados jogos teatrais e a criação de quatro cenas teatrais em cada turma. As cenas de Teatro Imagem, a partir de problemáticas do cotidiano escolar, identificadas pelos cursistas, e de Teatro Jornal, com base em questões relativas ao modo de produção agroecológico em contraposição ao agonegócios e em questões relativas à alimentação saudável, foram elaboradas e apresentadas na escola, envolvendo também os estudantes.

E isso tudo só foi possível devido à Metodologia da Alternância, que é a opção político-pedagógica mais adequada à complexidade da vida no campo, à sua práxis e dinâmica das aprendizagens. A Alternância cria rupturas entre os lugares, momentos e conteúdos tradicionais da formação, propiciando a construção de novas relações humanas, sociopolíticas, culturais e de produção de conhecimentos, em que os dois tempos/espacos formativos – Tempo Estudo e Tempo Comunidade – estão em estreita conexão. O primeiro referente a reuniões, estudos, diálogos, debates e conhecimentos das ferramentas teóricas da Educação do Campo e o segundo, às ações e intervenções planejadas coletivamente, considerando as condições objetivas de cada escola. Ambos os tempos são compreendidos como horas diretas, demandando trabalho presencial dos cursistas que precisam desempenhar suas tarefas de maneira auto-organizativa. Dessa forma, a EAPE acredita avançar rumo à construção da escola do campo no Distrito Federal.

## SAÍDA DE CAMPO DO CURSO “PEDAGOGIAS URBANAS”

**D**urante a semana do professor, a turma do curso “Pedagogias Urbanas” realizou uma saída de campo significativa para a cidade de Cavalcante, localizada na APA (Área de Proteção Ambiental) do Pouso Alto, maior área de cerrado preservado do Estado de Goiás. Lá o grupo desenvolveu uma investigação sobre a realidade do lugar e os processos envolvidos na urbanização local, o que contribuiu para o entendimento de conflitos sociais e ecológicos numa região de preservação.

Realizou-se um estudo do meio para extrair os mais diversos conhecimentos das questões que aparecem nas cidades e nos rodeiam cotidianamente. Segundo a formadora Luna Lambert Soares, “foi possível perceber que a cidade, que em nosso olhar cotidiano pode passar despercebida, apresenta um prato cheio de conteúdos para serem trabalhados em sala de aula”.

Além de saídas guiadas por pessoas que vivem na região, os cursistas apreciaram e debateram o documentário Ser Tão Velho Cerrado, participaram de rodas de conversa com atores sociais envolvidos nas questões sociais, políticas e ecológicas da região e visitaram o lixão da cidade, ocasião em que foi entrevistado um catador residente no próprio lixão.

Trilhas pelo cerrado e trilhas pela cidade trouxeram mais clareza sobre os fenômenos globais que atingem os diferentes lugares, apresentando aos cursistas diferentes características em nível social e ecológico. Além da percepção da exuberância do Cerrado preservado, foi possível compreender melhor o fenômeno da urbanização e as semelhanças existentes entre as mais distintas cidades a partir de um processo lúdico, artístico, científico e divertido, porque, afinal, aprender é uma delícia.



Luna Lambert



# MÁRIO SÉRGIO MAFRA

Presidente do Conselho de Educação do DF

**M**ário Sérgio Mafra chegou em Brasília em 1959, vindo de Santa Catarina. Pioneiro da educação no Distrito Federal, é pedagogo e pós-graduado em Organização e Métodos, Metodologia de Ensino Superior e Educação a Distância. Já foi membro do Conselho Diretor da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, professor titular do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB e, atualmente, é presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal. Com a participação de Mário Mafra, damos início a uma série de matérias e programas sobre a história da educação e da formação continuada no Distrito Federal. A seguir, os principais trechos da conversa com o Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF. A entrevista completa pode ser assistida no EAPE Play, o canal da EAPE no Youtube.

**André Lúcio Bento.** Temos a honra de receber aqui, na estreia da nossa série de reportagens, entrevistas e programas sobre a história da educação no DF e também sobre a história da formação continuada, o nosso Presidente do Conselho de Educação, Mário Mafra, que nos engrandece hoje com todos os seus conhecimentos sobre a sua trajetória na educação aqui no Distrito Federal. Seja bem-vindo, Presidente.

**Mário Sérgio Mafra.** Pois não, pois não. Muito prazer em ter tido esta oportunidade de falar um pouco daquilo que eu vivi. Eu, na realidade, estou em Brasília desde 1959. Mas comecei na educação

mesmo em 1961, porque, naquela época, todos nós já éramos empregados da Novacap, mesmo sendo da área de educação. Eu fui contratado pelo Conselho de Bem-Estar Social, em que estava incluída a educação, à época. Era um departamento da Novacap, que era o Governo do Distrito Federal.

**André Lúcio Bento.** Isso antes da antiga Fundação Educacional.

Todos sabem que, antes de nós termos o Governo do Distrito Federal, tivemos Prefeitura do Distrito Federal, o Prefeito do Distrito Federal

**Mário Sérgio Mafra.** Muito antes. Isso foi no final de 1959. Aí, durou ainda até 21 de abril de 60, quando a capital foi inaugurada, e, logo em seguida, criada a Prefeitura do Distrito Federal. Dentro da Prefeitura do Distrito Federal, nós tínhamos a Superintendência de Educação e Saúde. Era interessante, porque o Distrito Federal, a Prefeitura do Distrito Federal, ela era toda regulada, em termos de legislação, pela Câmara Federal, que tinha Comissão do Distrito Federal, Comissão Mista. Então, todos os decretos

baixados pelo prefeito... isso tudo era publicado no Diário Oficial da União [...]. Todos sabem que, antes de nós termos o Governo do Distrito Federal, tivemos Prefeitura

do Distrito Federal, o Prefeito do Distrito Federal. Eu trabalhei com três deles. O prefeito Sette Câmara, o professor Ivo (eu esqueço até o nome completo dele), e o prefeito que criou os jardins em Brasília. Porque Brasília não tinha um palmo de grama [risos] até 1960.

**André Lúcio Bento.** Era um cerrado.

**Mário Sérgio Mafra.** Era um cerrado, empoeirado. Mas sensacional. Eu tinha vinte anos de idade. Quase a idade que tenho hoje [risos].

**André Lúcio Bento.** E, nesse contexto, que lembranças o Senhor tem do que, então, esse estado, essa unidade que se constituía aqui? O que aconteceu para atrair professores para cá?

**Mário Sérgio Mafra.** Bom, os professores... foi muito difícil aceitar vir para Brasília. Mas não eram só professores. Isso houve com médicos, etc. E criaram, então, por lei, a chamada “dobradinha”. O que que era? Dobrar o salário. Isso fez com que despertasse, nos professores, nos médicos principalmente, a vinda para Brasília. [...].

**André Lúcio Bento.** E nesse processo de atrair servidores, de uma forma geral, pela “dobradinha”... Então, a gente está falando de uma época de salários bons, digamos assim.

**Mário Sérgio Mafra.** Bons. O professor dava-se o luxo de guardar dinheiro, de investir, de comprar terreno, porque o salário, além do básico ser muito bom, ainda dobrava para vir para Brasília. Isso tudo foi estimulado. E criou-se, então, a CASEB, que era Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília.

**André Lúcio Bento.** Que dá nome ao CASEB de hoje.

**Mário Sérgio Mafra.** Ao colégio da

CASEB. A sigla era exata: Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília. Lá tiveram assentos o Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Clélia Capanema. [...].

**André Lúcio Bento.** E em que contexto o Senhor se lembra, então, da organização da Secretaria de Educação, que, se não me engano, inicialmente era Educação e Cultura.

E, como nós não tínhamos onde ficar, nós ficávamos em alojamentos. Era um apartamento da Fundação da Casa Popular ali na W3. Eram aquelas casas, era só o que tinha aqui em Brasília.

**Mário Sérgio Mafra.** Sim. Ela foi durante muitos anos. A Secretaria de Educação do Distrito Federal, ela foi criada junto com a estrutura da Prefeitura do Distrito Federal. Lá, nós tínhamos então uma Secretaria de Educação, uma Secretaria de Saúde. Mas os executivos, o órgão executivo da saúde e da educação, eram fundações. Então nós tínhamos...

**André Lúcio Bento.** Fundação Educacional e Fundação Hospitalar.

**Mário Sérgio Mafra.** Aí depois eu passei a ser professor – foi na Fundação Educacional. E eu vivi mais a Fundação Educacional do que Secretaria de Educação. Eu cheguei a Diretor Geral de Pedagogia, que seria, hoje...

**André Lúcio Bento.** A SUBEB...

**Mário Sérgio Mafra.** A SUBEB.

**André Lúcio Bento.** Subsecretaria de Educação Básica. E nessa época quantas escolas nós tínhamos agrícolas?

**Mário Sérgio Mafra.** Agrícolas? Nós tínhamos, depois...

**André Lúcio Bento.** No geral.

**Mário Sérgio Mafra.** No geral? Não dá para imaginar.

**André Lúcio Bento.** Muitas ou algumas poucas?

**Mário Sérgio Mafra.** Muito poucas. O que se tinha eram Escolas Classe, Escola Parque. Cuidava-se muito da educação elementar, da básica mesmo, que se chamava naquela época. Já se chamava educação básica, mas ela ia até a quarta série

do ensino primário. Depois vinha o primeiro ciclo, que era o ginásio, e o segundo ciclo, que era hoje o ensino médio [...]. Ali funcionou a Secretaria de Educação, como funcionou no Edifício Ceará, como funcionou no Ministério da Educação numa parte etc., e por último ela foi para a UnB, para o anexo onde ali era a Faculdade de Teologia da UnB. Ninguém sabe disso: a UnB teve uma Faculdade de Teologia. A sucessão da Faculdade de Teologia, na parte física, foi a Fundação Educacional. Ela mudou-se para os domínios da Universidade de Brasília.

**André Lúcio Bento.** A EAPE, que hoje funciona no prédio da antiga Escola Normal, mas que nem sem-

pre funcionou lá, o Senhor sabe disso.

**Mário Sérgio Mafra.** Sei, sei disso.

**André Lúcio Bento.** Quando a EAPE se inicia, ela funciona onde?

**Mário Sérgio Mafra.** Não a EAPE, mas a antecessora dela. Não a EAPE, mas o embrião dela. Na Escola Parque da 308 sul [...].

**André Lúcio Bento.** Nesse contexto todo, em que o Senhor traz os membros pioneiros da CASEB, todas essas histórias que o Senhor traduz e resume para a gente, que memórias o Senhor tem da questão da formação continuada, mesmo antes da EAPE, desse embrião da EAPE?

**Mário Sérgio Mafra.** Deve-se isso à Professora Helena Reis [...]. Como é que se admitiam professores? Você pedia currículos, gente que tivesse habilitação, para vir pra Brasília. Não tinha concursos, não tinha nada disso.

Eles se inscreviam, tinha uma prova de títulos, e se submetiam a entrevistas em uma banca da Fundação Educacional [...].

**André Lúcio Bento.** Mas, uma vez admitidos, eles precisavam passar por um processo de formação. Que órgão era responsável por isso?

**Mário Sérgio Mafra.** Era a Coordenação de Ensino Elementar e a professora [Helena Reis] criou o primeiro curso de direção de Escola Elementar em 1968 [...].Então, veja só, o que é que se fez? Docentes e gestores da Escola tinham que, antes de entrar no exercício,

tinham que ir para a escola de capacitação dos professores para o sistema criado no Distrito Federal, e isso funcionava na Escola Parque; **André Lúcio Bento.** O que o Senhor está querendo dizer é que houve um processo de capacitação, assim chamado na época, para o modelo do Distrito Federal. Presidente, a gente foi indo e voltando no tempo, mas eu gostaria que o senhor falasse de uma história que o senhor conta sobre os professores terem ônibus. Já era TCB? O que era?

## Ninguém sabe disso: a UnB teve uma Faculdade de Teologia. A sucessão da Faculdade de Teologia, na parte física, foi a Fundação Educacional. Ela mudou-se para os domínios da Universidade de Brasília.

**Mário Sérgio Mafra.** Não. Os ônibus eram da Fundação Educacional. Eram uns monoblocos, iguais aos da TCB, branquinhos, com a inscrição “Fundação Educacional do Distrito Federal”. Os professores eram apanhados em casa – morávamos todos na mesma região, na 412 mais ou menos, cujos blocos foram cedidos para os professores. Éramos apanhados em casa todos os dias. O café da manhã era no CASEB, no colégio.

**André Lúcio Bento.** Para encerrar, já que falamos muito no passado,

eu gostaria que o senhor, com toda essa experiência, apontasse um pouco para o futuro. Depois de tudo o que o senhor viveu na educação, de toda sua experiência no MEC e no Distrito Federal, antes mesmo de ser GDF, o que o senhor vislumbra para a educação do Brasil? Qual é o futuro da educação do Brasil?

**Mário Sérgio Mafra.** É muito difícil de se projetar... Mas, se partirmos para a BNCC e sua implementação, com a indispensável e vital preparação dos professores, poderemos chegar a algum lugar. São dois pilares sérios para isso. E um deles é o livro didático, que precisa sair da mão das editoras e ser elaborado pelos docentes [...]. Mas fundamental mesmo é a capacitação dos professores [...].

**André Lúcio Bento.** Eu gostaria de dizer que, das duas soluções que o senhor traz, a EAPE está envolvida nas duas. Obviamente formação continuada e, agora, a experiência histórica de produzir materiais próprios. Nós temos uma equipe selecionada em edital para produção específica de livros didáticos e outros materiais.

**André Lúcio Bento.** A EAPE agradece a oportunidade e a contribuição do presidente do CEDF, senhor Mário Mafra, com histórias e memórias acerca da educação no DF para registro nesta edição de estreia da Revista InFormação Continuada. MUITÍSSIMO obrigado, Presidente!





Secretaria de  
Estado de Educação



**eape**  
SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO  
CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS  
DA EDUCAÇÃO